



Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR -GERAL DE JUSTIÇA
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

SUBPROCURADOR GERAL JUDICIAL
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
VICENTE FELIX CORREIA

OUIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

DILMAR LOPES CAMERINO

DENNIS LIMA CALHEIROS

VICENTE FELIX CORREIA

JOSÉ ARTUR DE MELO

EDUARDO TAVARES MENDES

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

MARCOS BARROS MÉRO

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ - PRESIDENTE

VICENTE FELIX CORREIA

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

HUMBERTO PIMENTEL COSTA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 1º CAO

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 2º CAO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLÁUDIO JOSÉ BRANDÃO SÁ

CHEFE DE GABINETE

ALMIR JOSÉ CRESCÊNCIO

DIRETOR GERAL

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO

JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

ARTUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL

DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA

MARCUS ROBSON NASCIMENTO COSTA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. SÉRGIO JUCÁ, DESPACHOU, NO DIA 19 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTES PROCESSOS:

Proc: 2101/2015.

Interessado: Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 22ª Região/AL.

Assunto: Denúncia

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 3789/2015.

Interessado: 5ª Promotoria de Justiça de Arapiraca.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Considerando o teor do Ofício 111/2016 (doc. 1), determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 228/2016.

Interessado: 65ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Defiro o pedido, nos termos do parecer de fls. 11/12. Vão os autos à DP para as medidas cabíveis.

Proc: 255/2016.

Interessado: Controladoria Regional da União no Estado de Alagoas/Controladoria-Geral da União.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa de cópia do Relatório de Demandas Externas, da Controladoria Regional da União no Estado de Alagoas, juntado às fls. 4/40, ao presidente do Inquérito Civil nº. 001/2013, obedecidas as cautelas de estilo. Em seguida, archive-se.

Proc: 650/2016.

Interessado: 48ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital.

Assunto: Requerimento de designação de Promotor de Justiça.

Despacho: Considerando o teor da Portaria nº 528/2016 (doc. 1), determino o arquivamento do feito, obedecida as cautelas de estilo.

Proc: 1520/2016.

Interessado: Conselho Nacional de Procuradores Gerais - CNPG.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Considerando a edição e respectiva publicação do Ato PGJ nº 12/2014 (docs. 1 e 2), determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 4102/2016.

Interessado: Conselho Nacional de Procuradores Gerais - CNPG.

Assunto: Encaminhamento de documentos.

Despacho: Considerando a edição e respectiva publicação do Ato PGJ nº 12/2014 (docs. 1 e 2), determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 4317/2016.

Interessado: 8º Juizado Especial Cível e Criminal da Capital.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Considerando a exitosa participação do Ministério Público do Estado de Alagoas no evento noticiado, determino o arquivamento destes autos, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 3168/2016.

Interessado: Procuradoria Regional Eleitoral em Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Considerando o teor dos Ofícios n°s 770 e 900 - GAB/PGJ (docs. 1 e 2), determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 3227/2016.

Interessado: Procuradoria Regional Eleitoral em Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Considerando o teor dos Ofícios n°s 770 e 900 - GAB/PGJ (docs. 1 e 2), determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 4219/2016.

Interessado: Rosália Nazário da Silva e outros.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da d. Assessoria Técnica, determinando o arquivamento do feito, com a remessa de traslado à Procuradoria da República em Alagoas, obedecidas as cautelas de estilo. Cientifique-se o interessado.

Proc: 4918/2016.

Interessado: Dr. Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Procurador de Justiça/Diretor do 2º CAO/MP.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face da informação do Diretor-Geral, à fl. 9, arquite-se.

Proc: 5108/2016.

Interessado: Dr. Saulo Ventura de Holanda, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, arquite-se.

Proc: 5013/2016.

Interessado: Supremo Tribunal Federal.

Assunto: Mandado de intimação.

Despacho: Acolho o parecer da d. Assessoria Técnica, determinando o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 5102/2015.

Interessado: Joseilda Gomes da Silva e outros.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da d. Assessoria Técnica, determinando o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo. Cientifique-se o interessado.

Proc: 5152/2016.

Interessado: Dr. Cyro Eduardo Blatter Moreira, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À DP para informar.

Proc: 5170/2016.

Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Palmeira dos Índios.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da d. Assessoria Técnica, determinando a adoção das medidas sugeridas, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 5172/2016.

Interessado: Controladoria Geral do Estado.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Acolho o parecer da d. Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de São José da Tapera, obedecidas as cautelas de estilo. Cientifique-se o interessado.

Proc: 5194/2016.

Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Junte-se aos autos consulta ao ESAJ/TJAL sobre a tramitação do pedido de suspensão de execução de sentença noticiado à fl. 2.

Proc: 5205/2016.

Interessado: Marcos José Herculano da Silva.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da d. Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de Messias, obedecidas as cautelas de estilo. Cientifique-se o interessado.

Proc: 5338/2016.

Interessado: Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas/Diretoria Geral.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Junte-se ao Proc. 4713/2016.

Proc: 5366/2016.

Interessado: Dr. Marcus Aurélio Gomes Mousinho, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, arquite-se.

Denúncia Anônima nº 16/2016.

Interessado: Anônimo.

Assunto: Denúncia.

Despacho: Oficie-se à autoridade competente, solicitando as informações necessárias, juntando cópia dos autos.

Denúncia Anônima nº 17/2016.

Interessado: Anônimo.

Assunto: Denúncia.

Despacho: Oficie-se à autoridade competente, solicitando as informações necessárias, juntando cópia dos autos.

Denúncia Anônima nº 18/2016.

Interessado: Anônimo.

Assunto: Denúncia.

Despacho: Oficie-se à autoridade competente, solicitando as informações necessárias, juntando cópia dos autos.

PIC 2/2014-GECOC.

Interessado: GECOC.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da d. Assessoria Técnica, ratificando a promoção de arquivamento de fls. 870/871, obedecidas as cautelas de estilo, devendo os autos ficarem sob a guarda do órgão de origem.

PIC 32/2015-GECOC.

Interessado: GECOC.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da d. Assessoria Técnica, ratificando a promoção de arquivamento de fls. 358/359, obedecidas as cautelas de estilo, devendo os autos ficarem sob a guarda do órgão de origem.

PIC 41/2015-GECOC.

Interessado: GECOC.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da d. Assessoria Técnica, ratificando a promoção de arquivamento de fls. 110/111, obedecidas as cautelas de estilo, devendo os autos ficarem sob a guarda do órgão de origem.

PP de ICP 005/2014 - 14ª Promotoria de Justiça da Capital.

Interessado: Sigiloso.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À d. Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 10.2016.00000195-0 (Proc. 5131/2016).

Interessado: Dra. Viviane Karla da Silva Farias, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de autorização para residir fora da comarca.

Despacho: Satisfeita a diligência, voltem os autos à Corregedoria Geral do Ministério Público.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 19 de dezembro de 2016.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público

Protocolo 288176

PORTARIA Nº 1092, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, ex vi do art. 127, § 2º, da Constituição Federal, do art. 143, I, da Constituição Estadual, combinados com o art. 10º, V, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, o art. 9º, V, da Lei nº 15, de 22 de novembro de 1996 e art. 73, da Lei nº 7.728, de 10 de setembro de 2015, ratificado pelo art. 10º da Lei 7.799, de 6 de abril de 2016.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica remanejado do orçamento vigente o valor de R\$ 770.582,00 (setecentos e setenta mil e quinhentos e oitenta e dois reais), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no quadro I desta portaria.

Artigo 2º - Os recursos necessários para execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária indicada no quadro II desta portaria.

Artigo 3º - Comunique-se ao chefe do Poder Executivo para encaminhamento à Secretaria Executiva de Planejamento e Orçamento do Estado para implantação no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM, na forma do art. 73, da Lei nº 7.728, de 10 de setembro de 2015. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1120, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 5108/2016, RESOLVE conceder em favor do Dr. SAULO VENTURA DE HOLANDA, 9º Promotor de Justiça de Arapiraca, de 3ª entrância, portador do CPF nº 630.155.104-44, matrícula nº 69079, 3 (três) meias diárias, no valor unitário de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), perfazendo um total de R\$ 747,93 (setecentos e quarenta e sete reais e noventa e três centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Feira Grande, nos dias 2, 7 e 13 de dezembro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Feira Grande, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 517, de 2 de junho de 2014, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária incluída no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1121, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016

‘O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 5366/2016, RESOLVE conceder em favor do Dr. MARCUS AURÉLIO GOMES MOUSINHO, Promotor de Justiça de São José da Lage, de 2ª entrância, portador do CPF nº 348.679.704-25, matrícula nº 69106, 3 (três) meias diárias, no valor unitário de R\$ 224,38 (duzentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 673,14 (seiscentos e setenta e três reais e quatorze centavos), em face do seu deslocamento à cidade de União dos Palmares, nos dias 5, 7 e 13 de dezembro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na 3ª Promotoria de Justiça de União dos Palmares, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 635, de 29 de junho de 2016, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária incluída no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1122, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 5088/2016, RESOLVE conceder em favor de NIVALDO BRANDÃO DA SILVA, Assessor de Logística e Transporte, portador do CPF nº 222.719.104-04, matrícula nº 825897, 8 (oito) meias diárias, no valor unitário de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), perfazendo um valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) em face do seu deslocamento às cidades de Porto Calvo, no dia 6 de junho, a serviço da Diretoria de Apoio Administrativo desta Procuradoria Geral de Justiça, Arapiraca, no dia 10 de agosto, a serviço da Diretoria de Comunicação desta Procuradoria Geral de Justiça, São Miguel dos Campos, no dia 28 de setembro, a serviço da Diretoria de Apoio Administrativo desta Procuradoria Geral de Justiça, Traipu, nos dias 6 de outubro, 9 e 16 de novembro, a serviço da Promotoria de Justiça de Traipu, Major Izidoro, no dia 8 de outubro e São José da Tapera, no dia 4 de novembro, a serviço da Diretoria de Apoio Administrativo desta Procuradoria Geral de Justiça, todos do corrente ano, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária incluída no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 288177

QUADRO I

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA/FONTE	ADIÇÃO
	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS		
03.122.0003.2107.0000 PI000735	Manutenção das Atividades do Ministério Público Todo Estado	319001/0100	770.582,00
TOTAL			770.582,00

QUADRO II

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA/FONTE	REDUÇÃO
	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS		
03.091.0003.2089.0000 PI000709	Correções Ordinárias e Extraordinárias Todo Estado	339014/0100	6.000,00
03.091.0195.3006.0000 PI003989	Implantação do Núcleo de Justiça Comunitária Regiã o Metropolitana	339030/0100 449052/0100	4.000,00 10.000,00
03.122.0003.2107.0000 PI000735	Manutenção das Atividades do Ministério Público Todo Estado	339014/0100 339015/0100 339033/0100	159.000,00 24.000,00 69.000,00
03.122.0003.2402.0000 PI002297	Manutenção e Funcionamento da Tecnologia da Informação Todo Estado	339014/0100 339036/0100 339039/0100 339047/0100	10.000,00 1.070,00 24.323,00 1.180,00
03.122.0195.3013.0000 PI003995	Aparelhamento do Ministério Público Todo Estado	449052/0100	21.000,00
03.128.0003.2124.0000 PI000760	Manutenção das Ações da Escola Superior do Ministério Público Todo Estado	339014/0100 339030/0100 339036/0100	4.000,00 500,00 160.000,00
03.131.0003.2429.0000 PI004919	Manutenção das Ações de Comunicação Todo Estado	339014/0100 339030/0100 339036/0100 339039/0100 339047/0100	3.589,00 3.000,00 5.000,00 15.000,00 550,00
03.331.0003.2407.0000 PI002310	Benefícios concedidos aos servidores do MP Todos Estado	339046/0100	65.000,00
03.422.0003.2096.0000 PI000764	Manutenção das Ações do Centro de Apoio Operacional do Ministério Público Todo Estado	339014/0100 339030/0100 339039/0100	4.000,00 4.864,00 5.506,00
02.846.0000.2448.0000 PI045574	Contribuição Patronal do MP/AL para o Fundo Financeiro Todo Estado	319113/0100	150.000,00

28.846.0000.2460.0000 PI045608	Contribuição Suplementar do MP/AL para o Fundo previdenciário Todo Estado	319113/0100	10.000,00
28.846.0000.2467.0000 PI045610	Contribuição Suplementar do MP/AL para o Fundo Financeiro Todo Estado	319113/0100	10.000,00
TOTAL			770.582,00

Protocolo 288178

PORTARIA DG Nº 81/2016

O Diretor-Geral da Procuradoria Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais e mediante delegação através da Portaria PGJ nº 939, de 29 de setembro de 2015, resolve designar o servidor MÁRIO CÉSAR DE ALBUQUERQUE PESSOA, matrícula nº 825380-3, como gestor do Contrato nº 30/2016, firmado entre o Ministério Público do Estado de Alagoas e a empresa MONSARAS DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA-ME (CNPJ nº 23.417.238/0001-12).

Maceió, 19 de Dezembro de 2016.

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL
Diretor-Geral

Protocolo 288172

EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2016

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

CONTRATADA: HEWLETT PACKARD BRASIL LTDA (CNPJ nº 61.797.924/0001-55).

DO OBJETO: Contratação de serviços de extensão de garantia de equipamentos de datacenter Hewlett-Packard Brasil LTDA, visando serviços de suporte técnico proativo de hardware e software, para manutenção evolutiva, preventiva e corretiva de soluções de Datacenter, incluindo a reposição de peças, no intuito de atender as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme requisitos técnicos, níveis de qualidade de serviço e quantidades descritos no Projeto Básico e neste Contrato, conforme disposições constantes no processo nº PGJ/AL-3511/2016.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Objeto de Inexigibilidade de Licitação, face aplicação do art. 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, com o arribo da ratificação da inexigibilidade publicada no DOE/AL em 16/12/2016, conforme processo nº PGJ/AL-3511/2016.

DO VALOR: R\$ 329.333,48 (trezentos e vinte e nove mil, trezentos e trinta e três reais e quarenta e oito centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusas no PPA- 2016-2019, no Programa de Trabalho 03.091.0003.2363.0000 – Manutenção dos Serviços de Inteligência do Ministério Público, Natureza de despesa: 339039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

DA VIGÊNCIA: A vigência do contrato deverá ser de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

DATA DA ASSINATURA: 16 de dezembro de 2016.

SIGNATÁRIOS: Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá (Procurador-Geral de Justiça) e Adriana Regina Polinário Silva (Representante legal da Contratada).

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2014

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

CONTRATADA: BRAZLINK COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA (CNPJ nº 07.932.161/0001-62).

DO OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços de digitalização e impressão de documentos com o fornecimento de equipamentos, peças e suprimentos, exceto papel, para 100.000 (cem mil) cópias/impressões por mês incluindo a disponibilização de 116 (cento e dezesseis) equipamentos impressoras/multifuncionais laser novos de primeiro uso em linha de produção, devidamente instaladas, com estabilizadores, com todos os cabos, com garantia integral de funcionamento, com assistência técnica ON-SITE e direito à manutenção, preventiva, corretiva e sistema de contabilização e bilhetagem de impressão/cópia e todos os insumos necessários para a impressão, nº 06/2014, pelo período de 12 (doze) meses, contado de 21 de janeiro de 2017 até 20 de janeiro de 2018, face previsão da cláusula oitava, item 8.1.1, e parecer favorável do gestor do contrato, aplicação do artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93, conforme disposições constantes no processo nº PGJ/AL-4751/2016.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusas no PPA- 2016-2019, no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Naturezas de despesa: 339039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário, supra referido e não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

DATA DA ASSINATURA: 19 de dezembro de 2016.

SIGNATÁRIOS: Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá (Procurador-Geral de Justiça) e Tulasi Branco

Colégio de Procuradores de Justiça

Ata da 7ª Reunião Ordinária do Colégio de
Procuradores de Justiça do Estado de Alagoas

Aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis (7/10/2016), às dez horas (10h), na Sala de Sessões dos Órgãos Colegiados, localizada no 4º (quarto) andar do edifício-sede do Ministério Público do Estado de Alagoas, situado na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, n. 70, Bairro do Poço, no município de Maceió, capital do Estado de Alagoas, compareceram para a 7ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas os Procuradores de Justiça Sérgio Jucá (Presidente), Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto, Walber José Valente de Lima, Dilmar Lopes Camerino, Dennis Lima Calheiros, Vicente Felix Correia, José Artur Melo, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, Afrânio Roberto Pereira de Queiroz, Marcos Méro e Denise Guimarães de Oliveira. Inicialmente, o Presidente agradeceu a presença de todos e, após confirmado o quorum necessário, declarou aberta a sessão. Ato contínuo, o Presidente perguntou aos presentes se todos haviam recebido a minuta da ata da 6ª reunião ordinária e se, caso receberam, aprovariam o seu texto. Posta em discussão, a Excelentíssima Procuradora de Justiça Denise Guimarães de Oliveira impugnou a minuta da ata da 6ª reunião ordinária, especialmente o conteúdo das linhas 18 a 28, em razão do indeferimento monocrático pelo então Presidente da sessão. Em seguida, foi declarada aprovada a ata, com o voto contrário da Excelentíssima Procuradora de Justiça Denise Guimarães de Oliveira no que tange às linhas 18 a 28. Em seguida, passou-se à leitura da ordem do dia, a saber: 1. Referendo da Resolução CPJ n. 4, de 23 de setembro de 2016, que regulamenta a eleição para o cargo de Procurador-Geral de Justiça. 2. Referendo da Resolução CPJ n. 5, de 23 de setembro de 2016, que regulamenta a eleição dos membros do Conselho Superior do Ministério Público. 3. Referendo do Edital de Convocação para a eleição do Procurador-Geral de Justiça. 4. Referendo do Edital de Convocação para a eleição dos membros do Conselho Superior do Ministério Público. 5. Referendo da Portaria n. 839, de 30 de setembro de 2016, que indica os membros da Comissão Eleitoral de que trata a Resolução CPJ n. 4, de 23 de setembro de 2016. 6. Referendo da Portaria n. 840, de 30 de setembro de 2016, que indica os membros da Comissão Eleitoral de que trata a Resolução CPJ n. 5, de 23 de setembro de 2016. 7. Proc. PGJ/AL n. 3249/2016. Assunto: informa as providências tomadas pela 66ª Promotoria de Justiça da Capital acerca de arrastões e ocupações irregulares na orla marítima de Maceió. Interessado: Promotor de Justiça Antônio Jorge Sodré Valentim de Souza. 8. Proc. PGJ/AL n. 4012/2016. Assunto: solicita criação de Promotoria de Justiça Especializada para o trato do direito fundamental à educação, inclusive defesa judicial do respectivo patrimônio e apoio ao trabalho das Promotorias de Justiça nessa área. Interessada: Promotora de Justiça Maria Cecília Pontes Carnaúba. 9. Proc. PGJ/AL n. 4199/2016. Assunto: pedido de inclusão de matéria concernente à representação do Ministério Público nos órgãos fracionários do TJ/AL em pauta de reunião ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça. Interessada: Procuradora de Justiça Denise Guimarães de Oliveira. Inicialmente, o Colegiado decidiu fazer a análise dos itens 1 a 6 em bloco. Postos em discussão, todos foram aprovados à unanimidade. Quanto ao item 7, o Colendo Colégio de Procuradores de Justiça tomou conhecimento da matéria, à guisa de informação. Quanto ao item 8, o Presidente propôs a distribuição do feito a um relator, na forma do Regimento Interno, tendo o Colegiado aprovado à unanimidade. Quanto ao item 9, o Egrégio Colegiado, por maioria, não tomou conhecimento da matéria. Em seguida, o Presidente deu por encerrada a pauta. Aberta a fase de comunicações, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Afrânio Roberto Pereira de Queiroz elogiou o Promotor de Justiça Antônio Jorge Sodré Valentim de Souza pelo desempenho de suas funções. Na sequência, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto informou que recebeu um ofício do Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Alagoas - Simpeal sobre o pedido de implementação de recomposição salarial da categoria e solicitou informações sobre o andamento da negociação com a chefia do Ministério Público. Com a palavra, o Presidente informou que teve uma reunião com o Sindicato e que autorizou este a realizar estudos junto à Diretoria de Programação e Orçamento

para analisar a viabilidade de implementação de reajuste salarial. Realizados os estudos, o Sindicato apresentou proposta ao Procurador-Geral de Justiça, que está aguardando a aprovação do pedido de suplementação que se encontra em tramitação da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas. Explicou o Presidente, ainda, que é necessária a aprovação do pedido de suplementação para atendimento ao pleito do Sindicato, ao ter em vista a necessidade de reserva orçamentária para situações emergenciais, o que deixaria de ocorrer se houvesse a implementação da recomposição salarial e não fosse aprovado nenhum pedido de suplementação do Ministério Público do Estado de Alagoas. Por fim, o Presidente firmou o compromisso de implementar o reajuste dos servidores na forma apresentada assim que forem aprovados os pedidos de suplementação que se encontram em trâmite na Assembleia Legislativa. Na sequência, o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça agradeceu mais uma vez a presença de todos e declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura desta ata que fiz e rubriquei como Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça, sob a conferência e assinatura do Excelentíssimo Senhor Presidente.

Sérgio Jucá
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 288173

Conselho Superior do Ministério Público

EXTRATO DA ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016

Aos 12 (doze) dias do mês de dezembro do ano de 2016 (dois mil e dezesseis), às 14:00 horas, na sala dos Órgãos Colegiados, no 4º andar do edifício-sede da Procuradoria Geral de Justiça, compareceram, para realização da 39ª reunião ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, os Conselheiros Sérgio Jucá, Walber José Valente de Lima, Geraldo Magela Barbosa Pirauá e Valter José de Omena Acioly, sob a presidência do primeiro. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Márcio Roberto Tenório de Albuquerque e Denise Guimarães de Oliveira. Havendo quorum, foi declarada aberta a sessão pelo Presidente. Ato contínuo, foi posta à apreciação a ata da 38ª reunião ordinária de 2016, a qual resultou aprovada. Em seguida, passou-se à análise dos processos para conhecimento: 1. Proc. PGJ/AL 5054/2016. Origem: 24ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Prorrogação de prazo para conclusão de Procedimento Preparatório. 2. Proc. PGJ/AL 5059/2016. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Penedo. Assunto: Comunicação de instauração de ICP. 3. Proc. PGJ/AL 5001/2016. Origem: 62ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de Notícia de Fato. 4. Proc. PGJ/AL 4992/2016. Origem: 24ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Prorrogação de prazo para conclusão de Procedimento Preparatório. 5. Proc. PGJ/AL 4974/2016. Origem: 17ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Convocação de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil. 6. Proc. PGJ/AL 4958/2016. Origem: Promotoria de Justiça de Cajueiro. Assunto: Convocação de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil. 7. Proc. PGJ/AL 5186/2016. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Penedo. Assunto: Comunicação de instauração de Inquérito Civil. 8. Proc. PGJ/AL 5197/2016. Origem: 66ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Encaminhamento de cópia de ofício da Procuradoria da República e prorrogação de prazo para conclusão de Procedimento Preparatório. 9. Proc. PGJ/AL 5169/2016. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Porto Calvo. Assunto: Comunicação de ingresso de Ação Civil de Pública de Protesto para interromper prazo prescricional. 10. Proc. PGJ/AL 5180/2016. Origem: Promotoria de Justiça de Matriz de Camaragibe. Assunto: Cópia de petição inicial de pedido de antecipação de tutela. 11. Proc. PGJ/AL 5182/2016. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Porto Calvo. Assunto: Comunicação de instauração de ICP. 12. Proc. PGJ/AL 5037/2016. Origem: Promotoria de Justiça de Teotônio Vilela. Assunto: Comunicação de instauração de Procedimento Investigatório Criminal Eleitoral. Não houve manifestação dos Conselheiros presentes acerca dos expedientes acima listados, sendo retirado de pauta o item 8 da ordem do dia dos processos para conhecimento, para ser apreciado na próxima reunião, devendo a secretaria providenciar cópia dos autos e enviá-los à todos os Conselheiros. Ato contínuo, o Senhor Presidente informou aos demais Conselheiros presentes a necessidade de inserir em mesa o Proc. PGJ/AL-5096/2016, cujo interessado é o Procurador de Justiça, Dr. Eduardo Tavares Mendes, que versa sobre pedido de afastamento de suas funções em razão de ter sido eleito prefeito no pleito de outubro de 2016, tendo todos os Conselheiros presentes concordado com a inclusão do mencionado processo na pauta. Em seguida, foram apreciação dos processos listados para deliberação. 1. Proc. PGJ/AL 5062/2016. Interessados: Lean Antônio Ferreira de Araújo e Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, Procuradores de Justiça. Assunto: Pedido de permuta. Proclamado o resultado: À unanimidade, foi deferido o pedido dos interessados, com a remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça para a edição dos atos respectivos. 2. Proc. PGJ/AL 943/2016. Interessado: Escola Superior do Ministério Público de Alagoas. Assunto: Homologação do resultado final do 6º processo

seletivo público para provimento de vagas e formação de quadro de reserva de estagiários do Ministério Público do Estado de Alagoas. Proclamado o resultado: o CSMP, por unanimidade, homologou o resultado do processo seletivo, determinando o envio dos autos ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça para os fins de direito. 3. Proc. PGJ/AL-5096/2016. Interessado: Dr. Eduardo Tavares Mendes, Procurador de Justiça. Assunto: Afastamento das funções. Proclamado o resultado: o CSMP, à unanimidade, deferiu o pedido de afastamento, nos termos da legislação de regência. Na continuidade, passou-se à apreciação dos seguintes processos para deliberação em reexame de promoção de arquivamento. O Senhor Presidente, pela ordem, verificando que os itens de 1 a 6 da ordem do dia, da relatoria do Conselheiro Walber José Valente de Lima, são processos idênticos, e, após consultar o colegiado, deliberou pelo julgamento em bloco. 1. PIC nº 60/2015. Origem: GECOC. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Persecução criminal de delitos operados por organizações criminosas atuantes no Estado de Alagoas. Relator: Conselheiro Walber José Valente de Lima. 2. PIC nº 20/2015. Origem: GECOC. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Persecução criminal de delitos operados por organizações criminosas atuantes no Estado de Alagoas. Relator: Conselheiro Walber José Valente de Lima. 3. PIC nº 025/2016. Origem: GECOC. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Persecução criminal de delitos operados por organizações criminosas atuantes no Estado de Alagoas. Relator: Conselheiro Walber José Valente de Lima. 4. PIC nº 015/2016. Origem: GECOC. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Persecução criminal de delitos operados por organizações criminosas atuantes no Estado de Alagoas. Relator: Conselheiro Walber José Valente de Lima. 5. PIC nº 71/2015. Origem: GECOC. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Persecução criminal de delitos operados por organizações criminosas atuantes no Estado de Alagoas. Relator: Conselheiro Walber José Valente de Lima. 6. PIC nº 83/2015. Origem: GECOC. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Persecução criminal de delitos operados por organizações criminosas atuantes no Estado de Alagoas. Relator: Conselheiro Walber José Valente de Lima. Proclamado o resultado: Deliberou o CSMP, à unanimidade, seguindo o voto do Ilustre Relator, em não tomar conhecimento do feito, por tratar de matéria criminal, aplicando-se, na hipótese, a norma do Assento nº 03/2016 do CSMP, com a remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça, para os fins de direito. 7. PP de ICP nº 008/2016 (PGJ/AL-01.201600000491-4). Origem: 14ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Márcia Maria da Silva. Assunto: Vagas para deficiente - concurso UPA. Relator: Conselheiro Walber José Valente de Lima. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 8. Proc. PGJ/AL 2984/2016. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Walber José Valente de Lima. Proclamado o resultado: RETIRADO DE PAUTA. 9. PP de ICP nº 003/2016. Origem: 14ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): MCCE/AL. Assunto: Contratação irregular de empresa para ministrar curso à Procuradores do Município de Maceió. Relator: Conselheiro Walber José Valente de Lima. Proclamado o resultado: O Presidente pediu vista dos autos. 10. Proc. PGJ/AL 1468/2015 (Proc. Administrativo nº 73/15). Origem: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Maria Aparecida de Oliveira. Assunto: Suposta irregularidade de concessão de aposentadoria a servidor público. Relator: Conselheiro Walber José Valente de Lima. Proclamado o resultado: O Presidente pediu vista dos autos, tendo o Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá acompanhado o voto do relator. 11. Proc. PGJ/AL 4142/2016. Origem: 66ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Walber José Valente de Lima. Proclamado o resultado: RETIRADO DE PAUTA. 12. Proc. PGJ/AL 3068/2016. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Walber José Valente de Lima. Proclamado o resultado: RETIRADO DE PAUTA. 13. Proc. PGJ/AL 3774/2016 (Apenso PJCEDMA nº 52/2011). Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Rosângela Silva Félix e outro. Assunto: Poluição sonora. Relator: Conselheiro Walber José Valente de Lima. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 14. ICP nº 43/2015. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor. Interessado(a): CARHP. Assunto: Irregularidades em financiamento de imóveis da antiga Cohab. Relator: Conselheiro Walber José Valente de Lima. Proclamado o resultado: RETIRADO DE PAUTA PARA INCLUI-LO NA PAUTA DA REUNIÃO VINDOURA. Na continuidade da reunião, o Senhor Presidente, verificando que os processos listados nos itens 15 a 20 da ordem do dia são da relatoria da Conselheira Denise Guimarães de Oliveira, que encontra-se ausente justificadamente, retirou-os para inclui-los na pauta da reunião vindoura. 21. Proc. PGJ/AL 3490/2016 (PP de ICP - Portaria nº 005/2016) (01 anexo). Origem: 16ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Marcus Robson Nascimento Costa. Assunto: Ineficácia de programa de software utilizado pela SMTT. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 22. Proc. Anônimo - 2/2016 (01 apenso). Origem: Promotoria de Justiça de Colônia de Leopoldina/AL. Interessado(a): Anônimo. Assunto: Denúncia contra a Prefeitura do município de

Colônia de Leopoldina/AL. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 23. Proc. PGJ/AL 2123/2016 (ICP n° 39/2015). Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Disciplinamento do reveillon 2015/2016. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Proclamado o resultado: Não se tomou conhecimento da matéria, nos termos do voto do Ilustre relator. 24. PGJ/AL 1945/2012. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Recuperação de mata ciliar - Usina Leão. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Proclamado o resultado: RETIRADO DE PAUTA PARA SER INCLUÍDO NA REUNIÃO VINDOURA. 25. Proc. PGJ/AL 1849/2016. Origem: 5ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos/AL. Interessado(a): Ministério Público Federal. Assunto: Informação de crime ambiental. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Proclamado o resultado: Deliberou o CSMP, à unanimidade, seguindo o voto do Ilustre Relator, em não tomar conhecimento do feito, por tratar de matéria criminal, aplicando-se, na hipótese, a norma do Assento n° 03/2016 do CSMP, com a remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça, para os fins de direito. 26. PGJ/AL 2838/2016. Origem: 59ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): MPF. Assunto: Encaminhamento de documentos. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Proclamado o resultado: Deliberou o CSMP, à unanimidade, seguindo o voto do Ilustre Relator, em não tomar conhecimento do feito, por tratar de matéria criminal, aplicando-se, na hipótese, a norma do Assento n° 03/2016 do CSMP, com a remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça, para os fins de direito. 27. ICP n° 001/2014. Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Arapiraca. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: apuração de poluição ambiental. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 28. Proc. Preparatório n° 003/2012. Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Arapiraca. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Acúmulo indevido de cargos públicos. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 29. Proc. PGJ/AL 2692/2016 (Apenso PGJ/AL-1645/2016). Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Coruripe/AL. Interessado(a): Ministério Público do Estado de São Paulo. Assunto: Branqueamento do açúcar. Relator: Conselheiro Walber José Valente de Lima (retorno do pedido de vista do Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá). Proclamado o resultado: Conhecer e homologar a promoção de arquivamento em relação à Cooperativa de Colonização Agropecuária e Industrial LTDA, e, para evitar o fenômeno do arquivamento implícito, devolveu os autos às 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Coruripe, a fim de que instaurem o procedimento cabível, nos termos da resolução n. 23, de 17/09/2007, do CNMP, com as alterações posteriores, visando apurar se a Usina Coruripe usa os produtos referidos no ofício do Promotor de Justiça Arthur Pinto Filho, do MP/SP. 30. Procedimento Preparatório de ICP - Portaria n° 005/2015. Origem: 14ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Possível excesso de servidores municipais ocupantes dos cargos de agentes de endemias e similares. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 31. PGJ/AL 2938/2016. Origem: 18ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Fernando Antônio Souza Dórea. Assunto: Recurso para o CSMP. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Proclamado o resultado: Não se tomou conhecimento do recurso interposto, nos termos do voto do preclaro relator, determinando-se a remessa dos autos a 18ª Promotoria de Justiça da Capital, para os fins de direito. 32. Proc. Adm. 001/2014. Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Arapiraca. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: contratação irregular de servidores públicos pelo município de Craíbas. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. Na continuidade da reunião, o Senhor Presidente, verificando que os processos listados nos itens 33 a 40 da ordem do dia são da relatoria do Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, que encontra-se ausente justificadamente, retirou-os para incluí-los na pauta da reunião vindoura. 41. Proc. PGJ/AL 4232/2016. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal e Ministério Público do Trabalho. Relator: Conselheiro Valter José de Omena Acioly. Proclamado o resultado: RETIRADO DE PAUTA PARA SER INCLUÍDO NA REUNIÃO VINDOURA. 42. Proc. PGJ/AL 4220/2016. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público do Trabalho. Relator: Conselheiro Valter José de Omena Acioly. Proclamado o resultado: RETIRADO DE PAUTA PARA SER INCLUÍDO NA REUNIÃO VINDOURA. 43. Proc. PGJ/AL 4116/2016. Origem: 61ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Reclamação de recusa de fornecimento de cestas básicas pela SEMAS. Relator: Conselheiro Valter José de Omena Acioly. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 44. Proc. PGJ/AL 4115/2016. Origem: 61ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Pessoas em situação de rua em Maceió. Relator: Conselheiro Valter José de Omena Acioly. Proclamado o

resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 45. Proc. PGJ/AL 4159/2016. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Construção irregular de barragem em área de preservação permanente. Relator: Conselheiro Valter José de Omena Acioly. Proclamado o resultado: RETIRADO DE PAUTA PARA SER INCLUÍDO NA REUNIÃO VINDOURA. 46. Proc. PGJ/AL 3918/2016 (ICP 02/2012 - 02 volumes). Origem: Promotoria de Justiça de Mata Grande. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Valter José de Omena Acioly. Proclamado o resultado: O CSMP, por unanimidade, referendou o declínio objeto dos autos, determinando a sua remessa à Procuradoria da República em Alagoas. 47. Proc. PGJ/AL 4203/2016. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Poluição sonora. Relator: Conselheiro Valter José de Omena Acioly. Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 48. Proc. PGJ/AL 4195/2016 (Apenso PP 36/2015). Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Força tarefa contra irregularidades na venda de combustíveis no município de Maceió. Relator: Conselheiro Valter José de Omena Acioly. Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e, para constar, eu, Almir José Crescêncio Promotor de Justiça e Secretário designado, lavrei a presente ata, que vai assinada, nos termos do art. 30, § 5º, do Regimento Interno, por mim, pelo Presidente e pelos demais Conselheiros presentes.

Conselheiro Sérgio Jucá - Presidente
Conselheiro WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

Conselheiro GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

Conselheiro VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

Luiz de A. Medeiros Filho
Promotor de Justiça
Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

Protocolo 288179

Promotorias de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
6ª Promotoria de Justiça de Penedo - AL

PORTARIA N° 03/2016

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, através do Promotor de Justiça, José Alves de Sá, tomou conhecimento por meio de denúncia anônima, constante do Disk 180, que nos foi remetido pelo NUDEMP - NÚCLEO DE DEFESA DO DIREITO DA MULHER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS, de Maceió, através do ofício s/n°/2016-NUDEMP, de 13 de setembro de 2016, a qual notícia a existência de possíveis crimes de lesão corporal e ameaça, praticados em meados (junho/julho) de 2016, na rua do fogo, n° 466, bairro Santo Antônio, nesta cidade de Penedo, tendo como vítima a menor J.B.S e suposto agressor Edemilson Jefferson da Silva.

DO OBJETO:

CONSIDERANDO que é dever do Ministério Público zelar pelo devido cumprimento do contido na Constituição Federal e demais Leis Brasileiras, dentre elas o Código Penal;
CONSIDERANDO ser o Ministério Público o titular supremo da Ação Penal Pública;
CONSIDERANDO ser o crime de lesão corporal com incidência da Lei Maria da Penha, compreendido entre aqueles cuja Ação Penal é Pública Incondicionada, bem como o crime de ameaça, de ação pública condicionada a representação, tendo essa já sido formulada;
CONSIDERANDO a existência de fortes indícios do cometimento de prática delituosa lesiva a integridade física e psicológica da vítima;
CONSIDERANDO haver a necessidade de diligências complementares para a realização da instrução do presente procedimento;
CONSIDERANDO ainda seu dever funcional nos termos e disposições contidas no art. 127 e art. 129, incisos I, VI e VIII, ambos da Constituição Federal; no art. 257 inciso I e II do Código de Processo Penal; no art. 1º, art. 26 e art. 27, todos da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público; na Resolução n° 13 do Conselho Nacional do Ministério Público, e no art. 4º, III e IV, art. 6º, I, da Lei Complementar n° 15/96; e art. 2º, II, da Resolução CPJ n° 5 de 08/06/2011

RESOLVE:

Diante da situação fática acima relatada, converter a presente denúncia anônima em PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL-PIC, inicialmente determinando o seguinte:

1. Registre-se no Sistema SAJ/MP;
2. Por ofício, comunique-se a instauração do presente PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL-PIC ao Senhor Procurador-Geral de Justiça, inclusive indicando o nº de registro no SAJ/MP;
3. Seja convertida a Denúncia Anônima (Violência Física e Ameaça) nº 33592118 (SAJMP nº 02.2016.00001206-9) em PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL-PIC;
4. Que, adotadas as providências determinadas, voltem os autos conclusos para posteriores deliberações;
5. Cumpra-se.

Penedo (AL), 19 de dezembro de 2016.

JOSÉ ALVES DE SÁ
6º Promotor de Justiça de Penedo

Protocolo 288174

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
17ª Promotoria de Justiça da Capital - Fazenda Pública Estadual

RESENHA

A 17ª Promotoria de Justiça da Capital, nos termos do art. 10, §1º, da Resolução 23, de 17.09.2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, científica o interessado acerca da adoção de providências no Processo PCFPE nº 222/16 - Anônimo 29/2016- Interessado: Anônimo. Assunto: Denúncia na atuação dos Diretores do TCE/AL. Decisão: Ante o exposto, diante da ausência de fato que importe na atuação do Ministério Público, indefiro a abertura de procedimento administrativo, nos termos do art. 5º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Informo, ainda, que desta decisão cabe recurso administrativo a ser interposto pelo interessado no prazo de 10 dias, a contar da publicação deste ato, na forma do §1º do referido artigo. Intime-se por meio do Diário Oficial. Após o procedimento de praxe mencionado, archive-se. Maceió, 16 de dezembro de 2016.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
Promotor de Justiça

Protocolo 288157

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
19ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

RESENHA

A 19ª Promotoria de Justiça da Capital, nos termos do art. 10, §1, da Resolução 23, de 17.09.2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, científica os interessados a adoção de providências no procedimento preparatório de inquérito civil: PA nº 225/2016 - Interessado: Ministério Público do Estado de Alagoas - Assunto: Acompanhamento ACP 0735797-40.2015.8.02.0001 - Estudo sobre a existência de eventual sobrepreço, bem como das ilegalidades que possam ser identificadas - Decisão - Acato o parecer da técnica do Ministério Público e determino o arquivamento do presente procedimento administrativo. Publique-se nos termos do artigo 10 da Resolução 23, de 17.09.2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Maceió, 19 de dezembro de 2016.

MARIA CECILIA PONTES CARNAÚBA
19ª Promotora de Justiça da Capital

Protocolo 288175



Diga NÃO ao trabalho infantil



Crianças de 5 a 17 anos trabalhando, por região



- Norte
- Nordeste
- Sudeste
- Sul
- Centro-Oeste

Criança tem direito de ser criança!



**IMPRENSA
OFICIAL**
GRACILIANO RAMOS

**Secretaria de Estado
do Planejamento,
Gestão e Patrimônio**

GOVERNO DO ESTADO
ALAGOAS
TRABALHANDO SÉRIO A GENTE CHEGA LÁ